

**PANDEMIA DE COVID-19 E AS ATIVIDADES EDUCATIVAS
EMERGENCIAIS: A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

Francisco Gonçalves de Sousa Filho¹
Maurilene do Carmo²
Luís Távora Furtado Ribeiro³

Resumo

O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre ensino superior no contexto da pandemia de Covid-19. Assume como objetivo expor um registro dos impactos provocados pela pandemia de Covid-19 na educação, principalmente por conta da prescrição do ensino virtual em substituição ao ensino presencial durante o isolamento social. A metodologia consistiu de uma revisão da literatura e análise documental de produções que versam sobre o assunto. Inicialmente faz-se uma contextualização da pandemia no mundo e no Brasil; em seguida fala-se da educação emancipadora como uma das formas de superação das crises que penalizam as classes trabalhadoras; no tópico seguinte se desconstrói a confusão conceitual entre educação a distância e ensino remoto; por fim, relata-se a experiência das atividades educativas emergenciais do curso de pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará.

Palavras-chave: Educação Superior. Pandemia de Covid-19. Atividades Educativas Emergenciais. Faced/Pedagogia

**COVID-19 PANDEMIC AND EMERGENCY EDUCATIONAL ACTIVITIES: THE
EXPERIENCE OF THE PEDAGOGY IN THE UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ**

Abstract

This paper presents a reflection on university Education in the context of the Covid-19 pandemic. It aims to expose the impacts caused by the Covid-19 pandemic on education, mainly due to the prescription of virtual education to replace face-to-face education during social isolation. The methodology consisted of a literature review and documentary analysis of productions that deal with the subject. Initially, the pandemic is contextualized in the world and in Brazil specifically; then emancipatory education is spoken of as one of the ways to overcome the crises that penalize the working classes; the following topic deconstructs the conceptual confusion between distance education and remote education; finally, we report the experience of emergency educational activities in Pedagogy at the Universidade Federal do Ceará.

Key words: University education. Covid-19 pandemic. Emergency Educational Activities. FACED/Pedagogy

1 Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: franciscogsfilho1@gmail.com.

2 Professora da Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: fmcmaura@hotmail.com

3 Professor Titular da Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: luistavora@uol.com.br

Considerações iniciais

O ano de 2020 está se tornando um marco na história das grandes epidemias mundiais. O planeta enfrenta uma pandemia de Covid-19 e uma grave crise sanitária causada por um vírus que a comunidade científica nomeou de Sars-Cov-2, ou novo coronavírus. Na história mundial há registro de outras crises desse tipo, Rezende (2009) diz que “em virtude das condições sanitárias das cidades e do desconhecimento da etiologia das doenças infecciosas, grandes epidemias assolaram as nações no passado, dizimando suas populações, limitando o crescimento demográfico, e mudando, muitas vezes, o curso da história” (REZENDE, 2009, p. 73). O autor elenca seis grandes epidemias que foram registradas pelos historiadores como, “a peste de Atenas, a peste de Siracusa, a peste Antonina, a peste do século III, a peste Justiniana e a Peste Negra do século XIV” (REZENDE, 2009, p. 74).

Ribeiro (2020), também relembra as grandes epidemias e pandemias que assolaram o mundo em forma de poesia na literatura de cordel. O autor diz que fazem parte deste gênero os “escritos em formas de versos rimados e metrificados que trazem temas históricos e do cotidiano como drama, tragédias, epopeias e muito humor” (RIBEIRO, 2020, p. 17). Das 130 estrofes de cordel que compõem a obra, algumas são dedicadas à história das epidemias e pandemias que já afligiram a humanidade, no pequeno trecho que segue ilustramos com uma delas.

A tal peste Antonina
Até hoje se comenta.
Por dia matava mil
Na antiga Roma opulenta.
Em Tebas a pestilência,
Sófocles nos deu ciência.
Édipo Rei não inventa.
(RIBEIRO, 2020, pp. 46-50).

A pandemia de Covid-19 também tem seu lugar de destaque nas crônicas contemporâneas de Ribeiro (2020), conforme registra

Falo sobre uma doença
Infecto - Contagiosa.
Provocada por um vírus,
De ação muito maldosa.
Corona vírus, chamado,
Com governo descuidado
Pôs o mundo em polvorosa.

A gravidade da doença mobilizou muitas iniciativas públicas e privadas em busca de uma vacina eficaz contra o vírus. Desde sua descoberta, a comunidade científica mundial se empenhou para mapear o sequenciamento genético, experimentar antivirais já conhecidos e desenvolver imunizantes, algumas vacinas como a desenvolvida pelas

biofarmacêuticas *Pfizer* e *BioNTec* já apresentam resultados satisfatórios e poderá e foi distribuída no Reino Unido nas primeiras semanas de dezembro (EXAME, 2020).

Desde a descoberta do primeiro caso de Covid-19 em março até o fim de novembro de 2020, no Brasil já se contabiliza 5.983.089 diagnósticos e 168.141 óbitos, já no Estado do Ceará os números chegam a 301.251 casos confirmados e 9.628 mortes (O POVO, 2020). Isso fez com que, rapidamente, o já fragilizado Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro ficasse colapsado.

O Sistema Único de Saúde - SUS é um dos maiores sistemas de saúde do mundo, mas por ser o Brasil resultado de uma colonização de exploração sem um programa de ocupação territorial, enfrentar crises de saúde causadas por doenças como sarampo, malária, peste bubônica, varíola, dentre outras, nunca foi uma prioridade das autoridades. Isso só veio a ser uma preocupação real quando começou a afetar os negócios da elite (NASCIMENTO; PACHECO, 2020, p.64) os investimentos na saúde costumam ser tópicos e feitos em doses homeopáticas o que torna o sistema insuficiente para atender a demanda.

Desse modo, o Brasil nunca esteve preparado para o enfrentamento de uma pandemia, mesmo com a existência do SUS. Os que dependem do sistema frequentemente enfrentam dificuldades no acesso e não recebem atendimento de qualidade. O colapso provocado pela pandemia de Covid-19 revelou a necessidade de se investir mais e melhor na saúde, pois parte dos óbitos contabilizados ocorreram em virtude da falta de pronto atendimento e por falta de estrutura em hospitais que dispunham de pouco ou nenhum leito de UTI adequados para o atendimento de pacientes com infecção respiratória aguda grave como a Covid-19.

Além da crise sanitária, a pandemia desencadeou outras crises nos âmbitos social e econômico ou, pelo menos, as tornou mais evidentes. Medidas para conter o avanço da epidemia foram adotadas de forma tardia e gradativa, — o governo federal em uma atitude anticientífica, age sem compromisso — os estados da federação começaram a adotar o isolamento social como principal forma de prevenção, pois a contaminação acontece por meio de gotículas salivares que se produzem ao falar, tossir e espirrar. E de acordo com a Organização Mundial da Saúde – OMS o distanciamento social, o uso de máscaras e a utilização de álcool em gel 70%, portanto, constituem-se no momento as formas mais eficazes contra a propagação da doença.

Desse modo, as atividades produtivas consideradas não essenciais foram suspensas e os trabalhadores desses seguimentos tiveram seus contratos de trabalho

rescindidos, alterados ou reduzidos, ficando assim, na incerteza de como sobreviveriam. Se por um lado as medidas sanitárias são necessárias para proteger as pessoas do novo coronavírus, elas também “têm gerado impactos e consequências profundas para a humanidade que depende de seu trabalho para sobreviver” (ANTUNES, 2020, p.10), Antunes (2020) ainda afirma que a situação dos trabalhadores principalmente daqueles que vivem na informalidade e dependem do que ganham diariamente para sobreviver é “verdadeiramente desesperadora”, pois a pandemia está acentuando a pobreza e miserabilidade da população.

Antunes (2020) também considera que no caso do Brasil essas consequências tendem a ser mais perversas do ponto de vista social, uma vez que vivenciamos “desde sempre formas intensas de exploração do trabalho e precarização ilimitada” (ANTUNES, 2020, p.10). O autor nos apresenta dois exemplos, o do contingente de trabalhadores que se encontram desempregados ou na informalidade mesmo antes da pandemia e daqueles que atuam em atividades precarizadas proporcionadas por plataformas digitais, o que ele chama de *uberização* do trabalho. A fome e a miséria são, pois, as consequências imediatas do isolamento social, uma vez que os trabalhadores assalariados e informais já vivem sob condições precárias de vida e, em decorrência de todos esses fatores, têm essa situação agravada.

Além da saúde, economia e assistência social, outro setor bastante impactado pela pandemia de Covid-19 foi a Educação. Com a suspensão de todas as atividades as organizações educacionais foram inevitavelmente atingidas por serem instituições cuja atividade principal é o ajuntamento de pessoas em espaços planejados para o ensino, como as salas de aulas, por exemplo. E, começando pela educação básica até o ensino superior, tanto a rede pública quanto as redes privadas de ensino suspenderam suas atividades presenciais.

Após os primeiros períodos de isolamento social, o governo federal começou a pressionar pela retomada das atividades, dentre elas, a educação. Obviamente o governo estava ignorando todas as recomendações da OMS, da UNESCO e até mesmo do seu próprio Ministério da Saúde que pediu cautela. Leher (2020) diz que o governo de Bolsonaro ao adotar tal postura – de pressionar a volta às aulas – tem como objetivo praticar o “darwinismo” social que visa excluir e eliminar os “fracos” incluindo os pobres, as minorias e “adversários”. O Presidente da República em diversas ocasiões em que falou à imprensa minimizou os efeitos da Covid-19 chamando-a de “gripezinha”, se opôs e

descumpriu o isolamento social, além de demonstrar total insensibilidade com o número de mortes.

Mesmo longe da pandemia ser controlada, o governo federal manteve a pressão pelo retorno das atividades, inclusive a volta às aulas, postura endossada pelo ministro da educação à época. Na retaguarda, vários gestores de instituições federais, estaduais e municipais ratificaram a intenção do governo federal, propondo calendários alternativos e a modalidade de Ensino Remoto (ER) como forma de minimizar os impactos na aprendizagem. Na opinião de alguns especialistas, dentre as contradições que atravessam o ER existe a intenção de beneficiar grandes conglomerados da tecnologia e empresários da educação que exploram o ensino à distância. Nessa direção, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE em entrevista concedida ao programa Brasil de Fato⁴ Entrevista na Rede TVT (SP), afirmou que os defensores do ensino remoto “estão, na verdade, estimulando um processo de educação à distância que interessa mais aos empresários da educação [...], as companhias de telefonia, que podem fornecer a tecnologia 4G, as plataformas de educação à distância do que o interesse em minimizar os prejuízos causados pela pandemia”.

Assim, o Ensino Remoto surge como alternativa para a continuidade das atividades educativas durante o isolamento social. Porém, a discussão em torno dessa forma improvisada de ensino começa a ganhar força e uma “miríade de portarias e resoluções [...] foi publicada por diferentes instituições, compreendendo documentos oriundos desde o Ministério da Educação (MEC) até aqueles internos às Instituições de Ensino Superior” (FACED, 2020, p.6). Mas a “problemática [...] exige uma posição melhor contextualizada e debatida da comunidade universitária que vai além da preocupação com a manutenção de um calendário acadêmico em um período de exceção” (FACED, 2020, p.6).

É a partir dessa contextualização que o presente artigo se desenvolve e objetiva ser um registro desse momento crítico, contribuir com o debate acerca do Ensino na modalidade virtual na Educação Superior refletindo a experiência particular do curso de pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC), que por sua vez, se posicionou contrária e convocou toda a comunidade acadêmica (professores, estudantes, técnicos administrativos e terceirizados) para elaborar o plano *Participar e*

4 Trechos da entrevista transcrito pelo Portal APP Sindicato e disponível em <https://appsindicato.Org.br/quem-ganha-com-a-educacao-a-distancia>.

Incluir: por uma pedagogia colaborativa no contexto da pandemia - Atividades Educativas Emergenciais. Mudando a concepção de ensino não presencial (remoto) no contexto da crise sanitária e humanitária como as provocadas pela Covid-19.

O coletivo formado pela comunidade da referida Unidade Acadêmica (UA) atuou de forma autônoma diante das orientações dadas pela gestão superior da UFC no sentido de prosseguir com as atividades nomeadas de “atividades educativas emergenciais” somente após uma pesquisa visando conhecer a realidade socioeconômica, as condições de saúde e o acesso à internet e às tecnologias da comunidade acadêmica.

Educação emancipadora no contexto da pandemia

Para se compreender o papel da educação emancipadora no contexto da pandemia de Covid-19, faz-se necessário fazer uma análise de conjuntura à luz dos autores que apontam na sociedade do capital as condições para o agravamento da crise humanitária de saúde. Entre estes, Antunes (2020) afirma que,

A crise econômica e a explosão da pandemia do coronavírus, na interrelação que há entre elas, têm gerado impactos e consequências profundas para a humanidade que depende de seu trabalho para sobreviver. Além dos altíssimos índices globais de mortalidade, ampliam-se enormemente o empobrecimento e a miserabilidade na totalidade da classe trabalhadora (ANTUNES, 2020, p.10)

O autor aponta que os efeitos da pandemia foram potencializados pela crise econômica que a sociedade capitalista vem enfrentando há décadas, e visualiza um agravamento da situação, avaliando que, “se esse conjunto de situações já vinha ocorrendo em alta intensidade antes da pandemia, o que se visualiza no presente e no horizonte próximo, em meio a esta terrível hecatombe mundial, é um desenho societal ainda mais desolador” (ANTUNES, 2020, p.11).

Inicialmente o autor faz uma análise global dos efeitos da crise para em seguida se referir ao Brasil, ele diz que,

No Brasil, onde vivenciamos desde sempre formas intensas de exploração do trabalho e de precarização ilimitada, as consequências são ainda mais perversas do ponto de vista social. Só para dar alguns exemplos, antes da pandemia, mais de 40% da classe trabalhadora brasileira encontrava-se na informalidade ao final de 2019 (ANTUNES, 2020, p.10).

Mais adiante, Antunes (2020) explica como funciona o que ele chama de “sistema de metabolismo antissocial do capital”. Para isso, recorre à Marx em sua “metáfora do

metabolismo social para melhor compreender as complexas engrenagens e mecanismos que movem o sistema” (ANTUNES, 2020, p.12). O autor destaca que, com Mészáros e sua obra *Para Além do Capital* se pode compreender o sistema de metabolismo antissocial do capital.

[...] uma complexa engrenagem econômica que não possui limites para a sua expansão (pois seu foco é sempre a produção de mais capital), sua resultante é uma acentuada destrutividade. Para fazer fluir o movimento de autovalorização, os mecanismos autênticos de interação humana – e em particular a atividade laborativa – são modulados e calibrados por uma segunda natureza, tal como destacou Marx, voltada essencialmente para a expansão e a reprodução do capital. [...] As alienações, as coisificações e os tantos estranhamentos, as devastações ambientais, as opressões de gênero, raça, etnia, sexos, todas essas aberrações – e tantas mais – estão sendo desencavadas dos porões mais abjetos, das catacumbas mais lúgubres e das cavernas mais ossificadas, que em alguns casos pareciam estar cerrados (ANTUNES, 2020, p.12).

A forma de reprodução do capital, em um metabolismo classificado como antissocial joga no limbo todos aqueles que estão direta e indiretamente envolvidos na produção da riqueza e no sistema de exploração, em contraposição aqueles que vivem às expensas de quem produz. Somente para lembrar que na pandemia os capitalistas ficaram ainda mais ricos, acumulando a riqueza produzida por outrem, como atesta a notícia⁵ que segue:

Para os bilionários do mundo e do Brasil, a pandemia foi sinônimo de um aumento ainda maior de suas fortunas. Um levantamento publicado nesta quarta-feira pelo banco suíço UBS constata que a fortuna na mão dos ultraricos atingiu um novo pico de US\$ 10,2 trilhões em julho, contra US\$ 8,9 trilhões no final de 2017. Os setores de tecnologia e saúde são os grandes responsáveis pelo salto, com incrementos de 43% e 50%, respectivamente[...] No caso brasileiro, o UBS informa que o grupo dos bilionários do país detém uma fortuna de US\$ 176,1 bilhões, um aumento de 99% em comparação ao volume de 2009 e acima dos US\$ 127 bilhões registrados em 2019.

Na esteira do significado material e atual dessa crise, Antunes (2020) tece uma junção entre sistema metabólico antissocial do capital, crise estrutural e explosão do coronavírus para dar-lhes uma única personalidade, denominando-as de *capital pandêmico* e ainda apresenta suas características e consequências, conforme escreve:

Ele tem um claro caráter discriminatório em relação às classes sociais, pois sua dinâmica é muito mais brutal e intensa para a humanidade que depende do próprio trabalho para sobreviver. A classe burguesa, incluindo seus séqüitos de altos gestores, tem seus fortes instrumentos de defesa (recursos hospitalares privilegiados, condições de habitação que lhes permite escolher as melhores

5 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-cha-de/2020/10/07/pandemia-fez-bilionarios-ficarem-ainda-mais-ricos-no-brasil-e-no-mundo.htm>. Data do acesso: 30/10/2020.

condições de realizar suas quarentenas etc.), enquanto na classe que vive do trabalho a luta é para ver quem consegue sobreviver (ANTUNES, 2020, p.20).

É nesse contexto de capital pandêmico (ANTUNES, 2020) que a educação tem um papel fundamental, enfrentar o desafio de promover uma educação emancipadora. Entenda-se educação emancipadora na mesma perspectiva de Ivo Tonet (2013), somente será possível em “uma forma de sociabilidade, situada para além do capital, na qual os homens serão plenamente livres, isto é, na qual eles controlarão, de maneira livre, consciente, coletiva e universal o processo de produção da riqueza material” (TONET, 2013, p.2).

Ainda que não seja possível promover uma educação emancipadora dentro das estruturas dominadas pelo capital, é possível realizar no interior da educação escolar, atividades educativas emancipadoras, conforme diz Tonet (2013):

No livro Educação, cidadania e emancipação humana, afirmei que não seria viável pretender organizar, hoje, a educação (escolar) no sentido de conferir-lhe um caráter emancipador. Afirmei, também, no entanto, que seria possível, no interior dela, realizar atividades educativas de caráter emancipador (TONET, 2013, p.1).

Tendo então à luz de Tonet (2013) definindo o que vem a ser uma educação emancipadora, e considerado que, na sua possibilidade de promover atividades educativas emancipadoras no seio da educação escolar, devemos antes, compreender o fenômeno educativo e o seu papel na (trans) formação do ser humano.

Segundo Tonet (2014), para se alcançar o tipo de sociabilidade em que os homens são plenamente livres, é necessário um complexo processo de luta do proletariado contra a burguesia. Essa luta pode ocorrer em diferentes dimensões como, a econômica, política, social e ideológica e educação. A dimensão que nos interessa e também ao autor, é a educação, e

[...] só podemos compreender corretamente o fenômeno da educação na medida em que entendermos o porque do seu surgimento e a função que ele exerce neste processo de tornar-se homem do homem. Partimos para isto da categoria do trabalho, que consideramos, com Marx, a raiz ontológica do ser social. Vemos então, que assim como a linguagem e o conhecimento, também a educação é, desde o primeiro momento inseparável da categoria do trabalho (TONET, 2014, p. 136).

O trabalho enquanto atividade essencial de transformação da natureza para a sobrevivência é, portanto, momento determinante que possibilita o surgimento dos demais complexos sociais, entre eles, a educação. Por isso, afirmar, a dependência

ontológica do da educação em relação ao trabalho.

[...] sendo o trabalho por sua própria natureza, uma atividade social, ainda que em determinados momentos possa ser realizado isoladamente, sua efetivação implica, por parte do indivíduo, a apropriação dos conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, objetivos, etc., comuns ao grupo. Somente assim o ato do trabalho poderá realizar-se (TONET, 2014, p. 136).

Recuperando Lukács (1981), Tonet retoma um importante objetivo da educação, afirmando que a educação tem, dentre outras finalidades, tornar os homens aptos “a reagir adequadamente aos acontecimentos e situações imprevisíveis, novos, que aparecerão mais tarde em sua vida” (LUKÁCS, 1981, p. 152, *apud* TONET, 2014, p. 137).

Partindo desta concepção, Tonet (2014), referindo-se ao processo de apropriação dos saberes, defende uma apropriação ativa. Com isto, o autor quer dizer que, “não se trata de tomar posse de algo que já está pronto e acabado. Trata-se também, neste processo de apropriar-se do que já existe de, ao mesmo tempo, recriá-lo e renová-lo, configurando com isto, o próprio indivíduo em sua especificidade” (TONET, 2014, p. 137).

Neste sentido, interessa à classe dominante uma educação que conserve o estado de coisas atual, onde uma classe domina e outra é dominada. Partindo-se desta lógica, problematiza-se a quem interessa a implantação de uma forma improvisada de ensino como a do ensino remoto em meio à crise humanitária de saúde? Quem ganha e quem perde com esse tipo de educação? Buscaremos agora responder essas questões e apresentar as atividades educativas emergenciais, a partir da experiência do curso de pedagogia da FACED/UFC.

Educação a Distância ou Ensino Remoto? Evidências que negam as aparências

Em uma definição simples, Educação à Distância é o modelo de educação em que aluno e professor se encontram separado pelo espaço e tempo. Essa definição encontra apoio em Hermida e Bonfim ao dizerem que,

Do ponto de vista epistemológico, a palavra Teleducação ou “Educação à Distância” vem do grego *tele* (longe, ao longe), e pode ser conceituada como o processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias, onde professores e alunos ficam “separados” espacial e/ou temporalmente. Pode envolver atividades presenciais e outros momentos de “contatos” conjuntos, porém, conectados ou intermediados através de recursos tecnológicos (HERMIDA; BONFIM, 2006, p. 168).

A partir dessa perspectiva, a EaD acontece em um contexto em que professor e aluno podem estar separados pelo espaço e o tempo e se utilizam de diversos recursos

tecnológicos para tornar possível o ensino e a aprendizagem. Antes do surgimento das novas tecnologias da informação e comunicação, que hoje são denominadas de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), os meios mais comuns de se estudar a distância eram por correspondência, rádio difusão, TV, entre outros.

Retomando elementos importantes da Educação à Distância no Brasil faz-se necessário mencionar os institutos que ministram cursos profissionalizantes livres como, o Instituto Universal Brasileiro, Instituto Monitor, Instituto Padre Reus, entre outros, e o papel que essas instituições desempenharam na consolidação do ensino a distância no país com seus cursos por correspondência.

Não é difícil de encontrar pessoas que cursaram, ou estão cursando essas escolas se utilizando dos serviços dos correios para ter acesso aos materiais didáticos. Araújo e Vasconcelos (2018) lembram que, “o Brasil vivenciou uma fase áurea dos cursos por correspondência, ministrados pelos Institutos Monitor e Universal Brasileiro, na década de 1940, os quais inauguraram a modalidade de EaD brasileira” (ARAÚJO; VASCONCELOS, 2018, p. 54). Algumas dessas instituições ampliaram seus horizontes e repassaram de cursos livres às instituições com cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) nos níveis médio profissionalizante e graduação tecnológica.

Além dessas experiências, outras podem ser mencionadas na trajetória da EaD no Brasil, como o “Programa Nacional de Teleeducação – PRONTEL, na década de 1960, e o Projeto Minerva em 1970, entre outros, como grandes marcos iniciais da EaD” (ARAÚJO; VASCONCELOS, 2018, p. 54).

Desse modo, percebe-se que a EaD no Brasil não caiu de paraquedas. Pelo contrário, possui uma trajetória que perpassa por um período inaugural (1929-1941), um período de esquecimento (1980) e outro de reinauguração, a partir de 1990, conforme destacam Araújo e Vasconcelos (2018),

Nos anos de 1980 a EaD permaneceu em esquecimento no Brasil, uma vez que o foco da sociedade, no processo de redemocratização, era a defesa do ensino regular e presencial. Na década de 1990, começou a sentir um novo impulso graças ao surgimento da Internet e do uso dos satélites a serviço da Educação (ARAÚJO; VASCONCELOS, 2018, p. 55).

Segundo Araújo e Vasconcelos (2011), apontam que a partir de 1990, iniciativas importantes foram tomadas em prol da EaD no Brasil como, a criação da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação - SEED/MEC (1995); a criação da TV Escola (1996); a criação do Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO (1997); regulamentação do Artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

– LDBEN, através do Decreto Lei de nº 5.622 (2005) e criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (2006) (ARAÚJO; VASCONCELOS, 2011, p. 55).

Com esse breve histórico sobre como se desenvolveu a EaD no Brasil, vê-se que o sistema vem passando por muitas transformações, tanto de concepção teórico-metodológica, quanto na organização. Com a incorporação das Tecnologias Digitais da Educação e Comunicação (TDIC) surgiram na compreensão dos teóricos que defendem essa abordagem novas formas de aprender e ensinar, assim como, uma ampliação dessas tecnologias na mediação do ensino não presencial. Martins (2011) diz que a

Educação no Brasil acompanha a tendência mundial, valendo-se da Educação a Distância (EAD), modalidade que permite ao aluno estudar com flexibilidade de horário e local (via Internet, rádio, televisão, DVDs ou material impresso), e continuar os seus estudos ao longo de toda vida (MARTINS *et. al*, 2011, p. 41, citando LITTO, 2009).

Martins *et. al*. (2011), faz uma análise positiva do papel da EaD a partir da realidade de desigualdades sociais vivenciadas no Brasil, ele diz que,

[...] no panorama educacional brasileiro, com desigualdades e falta de oportunidades para todos no concerne ao acesso à Educação Básica e, conseqüentemente, à Educação Superior, a possibilidade de utilização da Educação a Distância vem atender a sociedade nos mais variados locais geográficos (MARTINS *et. al*, 2011, pp. 41,42).

Nesse contexto, deve-se dá um destaque ao Sistema Universidade Aberto do Brasil (UAB), criado pelo Decreto nº 5. 800/2006, o qual conta, para efetivação de suas ações, com a parceria entre o governo federal que entra com o didático-pedagógico e os estados e municípios que oferecem a infraestrutura para abertura dos polos.

O sistema UAB não se considera “um novo sistema de ensino, mas uma nova articulação entre os sistemas já existentes, de modo a ampliar a oferta de ensino superior a municípios e cidadãos para os quais o acesso a esse nível de ensino é mais dificultoso” (MARTINS *et.al*, 2011, p. 43).

Frente a essas considerações sobre EaD, é oportuno fazer uma distinção entre as concepções de Educação e Ensino, pois essas concepções estarão atreladas a um outro conceito que será tratado a partir desse momento, o de Ensino Remoto. Vejamos, o que coloca Hermida e Bonfim (2006) citando Landim (1997, p. 10),

O termo ENSINO está mais ligado às atividades de treinamento, adestramento, instrução. Já o termo EDUCAÇÃO refere-se à prática educativa e ao processo ensino-aprendizagem que leva o aluno a aprender a aprender, a saber pensar, criar, inovar, construir conhecimentos, participar ativamente de seu próprio conhecimento

Como dito anteriormente, considera-se importante destacar as diferenças entre Educação e Ensino a fim de perceber que o Ensino Remoto tende a ser mais uma espécie de treinamento do que propriamente educação. Erroneamente ER é considerado uma forma de EaD, que apesar das aparências são concepções bem diferentes. Segundo Behar (2020),

O Ensino Remoto [...] e a Educação a Distância não podem ser compreendidos como sinônimos [...] O termo “remoto” significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico. O ensino é considerado remoto porque os professores e alunos estão impedidos por decreto de frequentarem instituições educacionais para evitar a disseminação do vírus (BEHAR, 2020).

Neste sentido, mesmo que se esteja diante de uma crise sanitária que impede o ensino presencial, adotar o ER como alternativa para a continuidade das atividades educativas, deve-se ter em mente essas diferenças, para que se tenha noção dos possíveis prejuízos. Rodrigues (2020) destaca outros aspectos a serem considerados na diferenciação entre EaD e Ensino Remoto, a autora diz que,

[...] a primeira coisa importante que precisamos registrar é a diferença entre EaD e atividades remotas pela internet. Na EaD, desde o planejamento até a execução de um curso ou de uma disciplina, há um modelo subjacente de educação que ampara as escolhas pedagógicas e organiza os processos de ensino e de aprendizagem. Existem concepções teóricas, fundamentos metodológicos e especificidades que sustentam, teórica e praticamente, essa modalidade (RODRIGUES, 2020).

No entanto, embora se tenha essa concepção da EaD como modalidade de ensino já consolidada e uma boa trajetória, ela ainda divide opiniões em prós e contras, como aponta Rodrigues (2020),

A EaD apresenta, certamente, prós e contras, assim como o ensino presencial. Se, de um lado, temos maior flexibilidade de tempo, ampliação do alcance geográfico proporcionado pelas tecnologias, mais autonomia discente; por outro, temos as altas taxas de evasão, o frequente sentimento de solidão dos discentes, a preocupação com a manutenção da qualidade, a apreensão associada à avaliação e, é claro, as impossibilidades de acesso ligadas às enormes diferenças socioeconômicas entre a população brasileira (RODRIGUES, 2020, p.)

A qualidade do ensino está entre as alegações contrárias a EaD, e essa preocupação não é à toa, visto que, hoje se tem uma verdadeira explosão de cursos em nível superior sendo ofertados através da modalidade EaD. Nem sempre a qualidade é uma prioridade em instituições que tem a educação como um negócio.

A única semelhança entre EaD e Ensino Remoto consiste no fato de as duas formas de ensino serem mediadas por tecnologias. Na prática, são concepções bem diferentes.

Apesar das muitas expressões usadas para se referir ao Ensino Remoto como, Ensino Remoto Emergencial, Atividade Educacional Remota Emergencial, entre outros. O conceito de Ensino Remoto ainda é incipiente. Para Joye et. al. (2020), “esse conceito envolve o uso de soluções de ensino e produção de atividades totalmente remotas, como, por exemplo, a produção de videoaulas que podem ser transmitidas por televisão ou pela *Internet* (JOYE, et. al.,2020, p. 13). Percebe-se que, a definição não explica muito e até contribui para uma confusão conceitual entre EaD e Ensino Remoto que nada mais é do que migrar do modelo presencial tradicional de ensino para o ambiente virtual, sem, contudo, atentar-se para as condições.

Os princípios desse novo modelo de ‘educação remota’ seguem conforme os da educação presencial, com o modelo expositivo tradicional no qual o aluno se torna um mero repositório de informações, a famosa educação bancária criticada por Freire (2001), (JOYE, et. al.,2020, p. 14).

A adoção do ER, parece em geral seguir essa perspectiva de transposição do presencial para o virtual, sem considerar por exemplo, que a implantação do ensino remoto de forma repentina, sem uma avaliação, um planejamento prévio, torna o ER uma forma precarizada de educação.

Diante da forma aligeirada como foi implantado, o Ensino Remoto tem favorecido a continuidade da “educação bancária”, tipo de educação que estava caindo em desuso nas instituições públicas de ensino. Além disso, a adaptação ao ensino remoto tem sido um trauma para grande parte dos professores, que sem o devido preparo, são submetidos a pressões psicológicas para darem conta de suas demandas.

Uma pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente - GESTRADO, vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, entre os estados brasileiros, apontou que 53,6% dos professores não estavam preparados para ministrar aulas remotas (GESTRADO-RT03, 2020). Essa pesquisa foi feita entre professores da educação básica, porém, o cenário envolvendo os professores do ensino superior não é muito diferente.

Joye et. al. (2020), discutindo sobre essa realidade que envolve o professor forçado a se adaptar ao ensino não presencial afirma que,

O professor, na maioria das vezes não tem a formação inicial e/ou continuada para executar tal desafio e acaba utilizando os recursos digitais sem conhecimento pedagógico e/ou didático, o que implicará diretamente no mau uso de suas potencialidades e fragilidades, bem como seus impactos no ensino e na aprendizagem (JOYE, et. al., 2020, p.14)

Até aqui, tem-se discutido as contradições do Ensino Remoto envolvendo a classe docente, tudo tende a ficar mais complicado do ponto de vista dos alunos, que na sua

maioria são filhos de trabalhadores que com muito esforço e com ajuda de algumas políticas sociais de acesso ao ensino superior como, ENEM e PROUNI, conseguem estudar em uma universidade pública, mas que, não dispõem dos recursos tecnológicos necessários para acompanhar as atividades remotas. Parte desses estudantes até possuem computador, *tablet* ou celular, porém não têm acesso à Internet banda larga nem um bom plano de internet móvel que ofereça as condições para assistir aulas remotas.

Além disso, ainda há a necessidade de adaptação ao ensino mediado por “telas”. Uma coisa é o ensino presencial com a interação direta com professores e colegas, outra coisa é permanecer diante da tela de um computador, ou celular por horas recebendo o “conhecimento” de forma fria e inerte, com pouca ou nenhuma interação ou debate. A experiência tem mostrado que em algumas situações os alunos entram nas salas virtuais, mas não reagem ao conteúdo apresentado, muitas vezes dividem a atenção com outros afazeres, já que estão em ambiente inapropriado ao aprendizado.

Desse modo, tem-se visto que o Ensino Remoto não cumpre integralmente sua finalidade que é educar, nem substitui mesmo em caráter excepcional a educação presencial, por causa das razões indicadas a seguir: promove uma **educação tradicional e acrítica**; intensifica a **exclusão social**; contribuí para o **desinteresse dos alunos**; estimula a **evasão**; entre outras sérias problemáticas.

Diante disso, o ensino remoto se mostra ineficiente e inadequado para ser aplicado mesmo em tempos de pandemia. Está claro que adotar formas improvisadas de ensino que enaltecem as tecnologias e empobrecem a educação nem sempre é a solução mais acertada. Avalia-se que os prejuízos futuros para a educação provocada pela pandemia de coronavírus e somada aos do ER serão imensuráveis. Precisa-se assumir uma postura de defesa de manutenção da qualidade na educação, para que as conquistas conseguidas até agora, não se percam.

A experiência do Curso de Pedagogia da Faced: Atividades Educativas Emergenciais

Nesta seção relataremos a experiência com as atividades educativas emergenciais no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (FACED/UFC), e apresentar as propostas desta unidade acadêmica para o enfrentamento dos impactos da pandemia e seu posicionamento quanto ao ensino remoto.

Desde os rumores da pandemia por novo coronavírus, a Faculdade de Educação (FACED), Unidade Acadêmica (UA) da Universidade Federal do Ceará (UFC), como

vanguarda na instituição se posicionou a favor do bem-estar da comunidade acadêmica no enfrentamento da crise sanitária. Todas as suas ações e decisões envolveram professores, alunos, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados.

Com a publicação do decreto estadual de nº 33.510, de 16 de março de 2020, que decretou situação de emergência e suspendeu por 15 dias todas as atividades coletivas, inclusive as educacionais, a FACED publicou na mesma ocasião em sua página oficial, uma nota de aviso da paralisação de suas atividades, conforme segue:

O Conselho Departamental da Faculdade de Educação deliberou, em reunião extraordinária realizada em 16/03/2020, por unanimidade, pela paralisação imediata de todas as atividades acadêmicas e administrativas, sem a realização de atividades remotas de caráter acadêmico, por tempo indeterminado com avaliação da situação no dia 06/04/2020. A decisão foi tomada visando prevenir a transmissão do novo coronavírus (SARS-COV-2 / COVID-19) e com base na confirmação, pela Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, dos 03 primeiros casos de contaminação na cidade de Fortaleza (FACED, 2020, p.8).

Após este primeiro comunicado oficial, a expectativa e apreensão tomou conta da comunidade acadêmica. E dúvidas sobre o prosseguimento do semestre em curso pairaram no ar. A partir desse momento, a FACED sinalizou ser contrária a realização de atividades remotas. Obviamente que esta posição exigia maiores explicações e justificativas. E com essa finalidade, o Conselho da Faculdade lançou nota em 26 de março endereçada à comunidade acadêmica e à sociedade cearense sob o título: *Em defesa da formação de professore com qualidade*. Nesta nota, informa que,

A legislação vigente prevê que os cursos de graduação presenciais podem ter até 40% da carga horária ofertada na modalidade EAD, desde que prevista nos projetos pedagógicos dos cursos, o que implica o planejamento institucional de médio e longo prazo para a consolidação desse hibridismo pedagógico (FACED, 2020, p.47).

Também se reconheceu que,

Tal possibilidade metodológica não foi incluída nos cursos de graduação presenciais da UFC. Portanto, trata-se de um modelo que não encontrou respaldo nas condições objetivas oferecidas pela Universidade, que vem sofrendo sucessivos ataques, comprometendo a realização do trabalho docente, assim como, sua própria existência (FACED, 2020, p.47).

Com o agravamento da situação pandêmica, e a necessidade de sucessivas prorrogações nos decretos de isolamento social, a busca por uma solução para educação também se fazia necessária.

O governo federal que desde o início da pandemia não tomou nenhuma decisão acertada no enfrentamento da doença, exceto reconhecer e decretar estado de calamidade pública, editou a Medida Provisória 934, de 1º de abril de 2020, Art. 2º, flexibilizando a

obrigatoriedade de cumprimento dos dias letivos mínimos, mas mantendo a carga horária obrigatória, como segue:

Art. 2º - As instituições de educação superior ficam dispensadas, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho acadêmico, nos termos do disposto no caput e no § 3 do art. 47 da Lei nº 9.394, de 1996, para o ano letivo afetado pelas medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 2020, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino. (BRASIL, 2020).

O Ministério da Educação (MEC) também no uso de suas atribuições publicou a Portaria de nº 544, de 16 de junho de 2020, Art. 1º, autorizando a substituição das aulas presenciais por atividades por meios digitais, como segue:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em cursos regularmente autorizados, por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL/MEC, 2020).

O Conselho Nacional de Educação (CNE), por sua vez, publicou resolução em 06 de outubro de 2020 (PARECER 15/2020) ampliando as normas excepcionais de ensino até 31 de dezembro de 2020. Tais iniciativas pressionaram as instituições de ensino a deliberarem sobre as estratégias para dar prosseguimento ao calendário letivo.

Em se tratando da Universidade Federal do Ceará (UFC), após sucessivos períodos de suspensão das atividades, em 3 de julho foi publicada a Portaria a de nº 101, de 02 de julho de 2020 prorrogando mais uma vez a suspensão das atividades presenciais em todos os cursos da UFC, mas já autorizando o retorno parcial das atividades dos,

Pró-Reitores, Superintendentes, Diretores de Unidades, Campi e Institutos, Coordenadores de Cursos e de Laboratórios, Secretários e Chefes de Departamento, a partir de 06.07.2020, o retorno parcial das atividades presenciais, obedecidas as regras e recomendações expedidas pelas autoridades sanitárias e as determinações da Administração Superior da Universidade Federal do Ceará (FORTALEZA/UFC, 2020).

A parcialidade desse retorno, segundo a administração superior da Universidade teria o objetivo de se adotar “providências necessárias à aplicação das medidas contidas no Plano Pedagógico de Emergência - PPE aprovado pelo CEPE, Resolução nº 03/2020, visando à conclusão do semestre 2020.” (FORTALEZA/UFC, 2020). As referidas propostas, que estão contidas no PPE, propõem a “adequação e adaptação dos conteúdos para um formato em que seja possível a continuidade de um ambiente de aprendizagem” (FORTALEZA/UFC, 2020), ou seja, o ensino remoto.

Mesmo com essa tendência da UFC de seguir o semestre 2020.1 por meio de atividades remotas, a Faculdade de Educação manteve sua posição contrária justificando a falta de “condições pedagógicas e estruturais para a realização de atividades remotas sem a qualidade que essa formação exige” (FACED, 2020, p.47).

A posição de FACED foi pautada prioritariamente na defesa da qualidade na educação, na nota supracitada, o coletivo da faculdade sugere a suspensão do semestre letivo 2020.1, com reposição das atividades quando a situação for favorável. A ideia foi a de não negociar a qualidade da educação presencial por formas de ensino deficitárias.

Entretanto, todas as decisões, tanto da UFC, quanto da FACED devem levar em consideração a complexidade que a pandemia estabelece. As previsões são bastante negativas com relação ao fim da crise. Neste contexto, um conjunto de interesses devem ser considerados. Pois, se por um lado rejeita-se o Ensino Remoto dado às condições de desigualdade no acesso às tecnologias e a falta de estrutura das instituições, por outro lado, uma determinada demanda de alunos anseia pelo encerramento do semestre ou até mesmo dos cursos. Assim, as referidas instituições se sentem pressionadas a deliberarem acerca deste assunto.

Com base nesta realidade, a FACED no uso da prerrogativa da autonomia deliberou retomar as atividades somente após a realização de uma rigorosa pesquisa entre a comunidade acadêmica para conhecer a realidade socioeconômica, as condições de saúde e o acesso à internet e às tecnologias da comunidade acadêmica. No plano Participar e Incluir, o coletivo denuncia que os documentos prescrevendo o ensino remoto no âmbito da UFC foram,

[...] aprovados à revelia das condições da comunidade acadêmica e das reais condições de vida da maioria de seus integrantes, fazendo uma verdadeira “apologia” ao ensino remoto. A problemática em tela exige uma posição melhor contextualizada e debatida da comunidade universitária que vai além da preocupação com a manutenção de um calendário acadêmico em um período de exceção como o que o mundo vive hoje (FACED, 2020, p.6).

Diante disso, objetivando conhecer as condições de vida dos seus integrantes a FACED investiu esforços para que a pesquisa alcançasse o maior número de pessoas possíveis. Para o coletivo, conhecer as “condições de vida dos estudantes, dos docentes, técnico-administrativos e terceirizados, assim como a saúde física e mental de toda a comunidade acadêmica, não devem se reduzir a pequenezas, como, por exemplo, a de cronometrar tempos e ritos acadêmicos” (FACED, 2020, p.7).

Após diagnóstico, sucessivas reuniões e discussões, a FACED elaborou o *Plano Participar e Incluir: por uma pedagogia colaborativa – Atividades Educativas*

Emergenciais. A ideia do plano foi desenvolver estratégias de ensino que contemplasse a todos, ainda que, utilizando-se de meios digitais o plano prevê a inclusão de quem não os possui, dando assim, a todos o direito de acesso e permanência à/na educação.

No plano supracitado, o coletivo aponta que o

[...] quadro caótico trazido pela pandemia de Covid-19 diz respeito a um fato inédito na nossa história e que nos exige um diagnóstico rigoroso e contextualizado para um planejamento responsável, bem como dotado de compromisso ético e social em defesa da vida e da sociedade (FACED, 2020, p.7).

As atividades educativas emergenciais, portanto, são atividades que se articulam com as lutas sociais pelo direito à educação na contramão do Ensino Remoto constituindo-se em “um amplo projeto de formação política e crítica assentada em fundamentos teórico-práticos, diante das situações vivenciadas pelos estudantes nos aspectos sociais” (FACED, 2020, p.17). O compromisso da FACED com a comunidade estudantil vai além da manutenção de Plano Pedagógico Emergencial da Universidade que nesse contexto se mostra burocrático e antidemocrático e aponta para a “rápida adesão ao ensino remoto”.

Assim, em seu teor, o plano Participar e Incluir faz uma contextualização da pandemia e seus impactos na educação; declara o posicionamento da Unidade Acadêmica ante o ensino remoto; apresenta o conceito e os princípios que regem as Atividades Educativas Emergenciais; os conteúdos e estratégias de ensino; os componentes curriculares ofertados; e como se dará a avaliação, dentre outros temas. Conforme o plano, essas atividades e ações serão organizadas em núcleos formados a partir de eixos temáticos articulados com as demandas de formação e sua com a sociedade, o trabalho e a educação no contexto pandêmico.

Em relação aos conteúdos e como já mencionado, estarão articulados com a "defesa intransigente da vida de todos, considerando as diferentes individualidades e os seus processos particulares de apropriação do conhecimento" (FACED, 2020, p.22); já as estratégias serão múltiplas como atividades virtuais de ensino, pesquisa e extensão, *webinários*, cursos, oficinas e atividades de acompanhamento aos estudantes entre outras; De acordo com o plano, a avaliação nas atividades educativas emergenciais é o elemento mais desafiador, visto que, ela não pode ser vista isolada do processo de ensino-aprendizagem, mas como parte integrante deste contribuindo para o crescimento do educando e evitando os rótulos de "bonzinho" e/ou "durão" nos professores.

Considerações Finais

Buscou-se no escopo deste artigo, registrar o surgimento do novo coronavírus que provocou a pandemia de Covid-19 e conseqüentemente uma crise humanitária global. Também se buscou analisar os impactos que esta crise sanitária está provocando principalmente sobre a vida daqueles que dependem da sua força de trabalho para sobreviver. O trabalho, que consiste na ação humana de transformar a natureza para a própria subsistência, foi subsumido pelo sistema de produção capitalista e transformou-se em uma forma de exploração humana, em que se trabalha para gerar lucros para os donos dos meios de produção em detrimento das reais necessidades da humanidade.

A educação, enquanto um complexo em articulação com o trabalho exerce um papel importante no processo de reprodução social. Nesse sentido, as ações que interferem diretamente na organização desse complexo deve dar vista no conjunto das complexas mediações que perpetuam uma sociabilidade assentada no processo de exploração do homem pelo homem, tendo à clareza, a despeito de todos os discursos que dizem o contrário, que não cabe a educação a finalidade promover a emancipação, ou seja, a libertação humana dos grilhões capitalista, essa é uma tarefa histórica que somente se realizará no processo revolucionário, abrindo brechas, para que todas as formas de opressão da sociedade do capital sejam superadas.

Neste sentido, o horizonte possível de uma educação sob os auspícios do capital precisa ser um movimento permanente em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Cabe alertar, que esse movimento está em constante ataque, uma vez que, a educação pública de qualidade ameaça o estado de coisas da classe dominante que procura ditar as regras para o fazer educativo.

Um dos ataques, ou grave ameaça que a educação pública está sofrendo é a prescrição do ensino remoto em substituição ao ensino presencial no contexto da pandemia de Covid-19. Ainda que se trate de uma situação emergencial, o temor é que passada a crise sanitária, essa prática improvisada de ensino transforme-se em pretexto para o rebaixamento e sucateamento do ensino público.

Diante disso, considera-se que foi importante no decorrer da pesquisa desconstruir a ideia de substituição do ensino presencial pelo remoto, apontando como principal motivo o fato de o ensino remoto realizado por meios digitais excluir das suas

possibilidades os que não dispõem dos recursos necessários para realizá-lo. Desse modo, se o ensino exclui algum indivíduo das suas possibilidades, ele deixa de ser público e passa a ser restrito a quem possui certos privilégios, ou seja, ele passa a ser do interesse da classe que desde o surgimento do capitalismo exerce o domínio sobre as classes subalternas.

Considera-se igualmente importante a desconstrução da confusão conceitual entre Educação à Distância e ensino remoto. A primeira tem uma trajetória e já é uma modalidade de ensino consolidada e planejada e muito utilizada nos sistemas de ensino brasileiros que contribui muito para o aligeiramento da educação e se alia à defesa do processo de privatização das escolas e universidades públicas; já o ensino remoto, tem sido visto como uma improvisação de ensino feita às pressas sem qualquer tipo de planejamento, nem tampouco formação de professores e alunos para realizar atividades educativas *online* sem garantia de um mínimo de qualidade no processo de ensino e aprendizagem. É de suma importância fazer-se essa distinção, pois o ensino remoto está sendo tomado como Educação à Distância e muitos órgãos educacionais manifestam a intenção de adotá-lo de forma definitiva, ou de forma híbrida com o ensino presencial no pós pandemia. Em nossa concepção, as duas formas não se constituem em projetos formativos sérios de ensino que devem tomar como fundamento a defesa de uma sólida formação teórica e vinculada aos reais interesses de colocar o conhecimento a serviço da classe trabalhadora. Ao contrário disso, Ead e Ensino Remoto precariza muito o processo de ensino-aprendizagem e contribui para o rebaixamento do conhecimento, o aligeiramento da ação educativa e o empobrecimento da formação dos trabalhadores.

As atividades educativas emergenciais do curso de pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará seguiu todos os princípios e metas do Plano Participar e Incluir. Desse modo, com todos os limites e desafios de seu projeto formativo, trouxe alívio e esperança aos alunos que se encontravam apreensivos quanto ao prosseguimento do calendário acadêmico sem a exclusão daqueles que não tinham todas as condições para seguir na modalidade de ensino remoto prescrita pela administração superior da UFC. O plano foi contrário à perspectiva restritamente disciplinar, reprodutivista e instrucionista. Foram ofertados todos os conteúdos por diversos meios, incluindo a mediação por mídias digitais. A FACED se comprometeu a defender não somente o ensino, mas a vida, incluindo todos os aspectos que a circunda.

Não se pode permitir que a pandemia de Covid-19 se torne mais artifício do sistema capitalista para favorecer ainda mais a classe dominante e aumentar o jugo imposto sobre os ombros dos trabalhadores. A educação, com todas as mediações possíveis e necessárias, se constitui em um importante complexo capaz de contribuir no projeto de emancipação de toda a humanidade.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2020 (recurso digital).

ARAÚJO, Ana Cláudia Uchôa; VASCONCELOS, Francisco Herbert Lima. Interfaces Digitais, Educação em Rede e Ead: Qual Futuro a Vislumbrar? In: **Tecnologias da Educação: passado, presente e futuro**. CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho; TORRES, Antônia Lis de Maria Martins (Organizadoras). Fortaleza: Edições UFC, 2018.

BEHAR, Patricia Alejandra. **O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância**. Brasil: UFRGS, 2020. Disponível em <<https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>> Acesso em 06.09.2020 as 11:36.

BRASIL, Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação. **PARECER CNE/CP Nº:15/2020**. (Recurso Digital acessado em navegador Web) Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=160391-ppc015-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192>. Acessado em 12.11.2020 às 22:00 h.

BRASIL, Ministério da Saúde. **COVID-19 no Brasil**. Disponível em: <http://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html>. Acesso em 25.09.20 as 17:48

CINCO PESSOAS MORRERAM EM DECORRÊNCIA DA COVID-19 NO CEARÁ NAS ÚLTIMAS 24H. O Povo Online, Ceará, 2020. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/coronavirus/2020/11/30/coronavirus-no-ceara-mortes-casos-confirmados-covid-19-30-novembro-30-11.html>.

CORRÊA, Beatriz. **Primeira vacina contra covid-19 aprovada; quando seremos vacinados?** Disponível em: <<https://exame.com/ciencia/primeira-vacina-contracovid-19-aprovada-quando-seremos-vacinados/>> Acesso em: 02.12.2020 às 15:20 h.

COVID-19, Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <<https://covid19.who.int/>> Acesso em 15.09.20 as 21:50.

FORTALEZA, Faculdade de Educação. **Participar e Incluir: por uma pedagogia colaborativa – Atividades Educativas Emergenciais**. Fortaleza, CE, 2020. Disponível em: http://www.issuu.com/facedufc/fac_educacao_-_ufc Acesso em 20.11.20 às 12:30.

FORTALEZA, Universidade Federal do Ceará – UFC. **Proposta Pedagógica de Emergência**. Fortaleza, 2020. Disponível em:<http://www.ufc.br/images/pdfs/200608_PPE.pdf>. Acesso em 21.11.2020 às 11:21.

HERMIDA, Jorge Fernando; BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. **Educação a Distância: história, concepções e perspectivas**. Disponível em:https://fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4919/art11_22e.pdf Acesso em: 22.11.20 às 15:00h.

JOYE, Cassandra Ribeiro; MOREIRA, Marília Maia; ROCHA, Sinara Socorro Duarte. **Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de Covid-19**. Disponível em:<<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4299>> (recurso digital).

LEHER, Roberto. **Reabertura das escolas defendida pelo presidente e seu ministro da educação é política de morte**. Carta Maior, 2020. Disponível em <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Reabertura-das-escolas-defendida-pelo-presidente-e-seu-ministro-da-educacao-e-politica-de-morte/4/47256>> Acesso em 02.10.2020 as 18:06.

LEHER, Roberto; VITTÓRIA, Paolo; MOTTA, Vânia Cardoso. **Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil**. 2020. Disponível em:<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21792/14337>>. Acesso em: 02.10.2020 às 17:30.

MARTINS, Onilza Borges; MOSER, Alvino. **Conceito de mediação em Vygotsky, Leontiev e Wertsch**. *Revista Intersaberes*. vol. 7, n.13, p. 8 – 28, jan. – jun. 2012. Disponível em: <<https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/viewFile/245/154>> Acesso em: 03.11.2020 as 18:16.

NASCIMENTO, Francisleile Lima; PACHECO, Alberto do Espírito Santo. **Sistema de Saúde Público no Brasil e a Pandemia do novo coronavírus**. Disponível em:<<https://revista.ufr.br/boca/article/view/NascimentoPacheco>> Acesso em: 21.09.2020 às 19:22

NOVO CORONAVÍRUS, Sociedade Brasileira de Pediatria. Disponível em:<https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/22340d-DocCientifico_-_Novo_coronavirus.pdf>. Acesso em 21.09.20 às 19:15.

REZENDE, Joffre Marcondes de. *À sombra do Plátano: crônicas de história da medicina*. Editora Fap-Unifesp. 2009. Disponível em:<<http://books.scielo.org/search/?lang=pt&index=t&w&where=BO&OK&q=joffre+marconde&filter%5Bpublisher%5D%5B%5D=>>> Acesso em 29.10.2020 as 11:36.

RIBEIRO, Luís Távora Furtado. **Epidemias e pandemias do mundo em 130 estrofes de cordel**. Marília (SP): Caipora, 2020 (recurso digital).

RODRIGUES, Alessandra. **Ensino remoto na Educação Superior: desafios e conquistas em tempos de pandemia.** SBC Horizontes, jun. 2020. ISSN 2175-9235. Disponível em: <<http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/06/17/ensino-remoto-na-educacao-superior/>>. Acesso em: 29.10.2020 as 16:36

TONET, Ivo. **Atividades Educativas Emancipadoras.** 2013 (Recurso digital acessado em navegador web). Disponível em:<http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Atividades_educativas_emancipadoras.pdf> Acesso em 12.11.2020 às 20:11.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana.** 2014 (Recurso digital acessado em navegador web). Disponível em:<https://geopraxis.files.wordpress.com/2014/01/educacao_cidadania_e_emancipacao_humana.pdf> Acesso em 12.11.2020 às 20:11.